

# POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA ALÉM DO INGRESSO: TRAJETÓRIA DE VIDA E RESISTÊNCIA DE INDÍGENAS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES BEYOND ADMISSION: LIFE TRAJECTORY AND RESISTANCE OF INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ (UFPA)

POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA MÁS ALLÁ DEL INGRESO: TRAYECTORIA DE VIDA Y RESISTENCIA DE ESTUDIANTES INDÍGENAS EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARÁ (UFPA)

**Ignacio Gabriel San Martin Araya<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/8325257940191875>  
<http://orcid.org/0009-0006-0855-339X>

**Eliene Rodrigues Putira Sacuena<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/8236778406001332>  
<http://orcid.org/0000-0001-9836-8054>

**Maria Fernanda Monteiro Favacho<sup>3</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/3735715890241241>  
<http://orcid.org/0000-0003-0528-9395>

**Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto<sup>4</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/9872938064820413>  
<http://orcid.org/0000-0003-3083-8771>

---

<sup>1</sup>Ignacio San Martin é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, Chile, em 2020. Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Email: [i.sanmartin.araya@gmail.com](mailto:i.sanmartin.araya@gmail.com).

<sup>2</sup> Eliene Rodrigues Putira Sacuena, indígena da etnia Baré. Assessora no Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena - SESAI/MS. Pós-Doutoranda na Universidade Federal do Pará - Laboratório de genética humana e médica (2023-2024). Doutora em Antropologia na concentração Bioantropologia na linha de pesquisa em Genética Forense pelo Programa de Pós graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Mestra em Antropologia na concentração em Bioantropologia. Biomédica pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora Norte pela Associação Rede Unida, Titular na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena - CISI/Rede Unida/CNS. Co-fundadora da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos-ABIA, Semente na Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA. Email: [putirasacuena@gmail.com](mailto:putirasacuena@gmail.com).

<sup>3</sup> Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP-UFPA). Email: [favachopsi@gmail.com](mailto:favachopsi@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará, Doutor em Government - University of Essex; pós-doutorado, com pesquisa em desenvolvimento territorial, pela Università di Napoli Federico II (2005). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), coordena o projeto de pesquisa CNPq "AWASURARA: Quilombolas e Indígenas nos territórios e na universidade". Email: [rodrigopeixoto1810@gmail.com](mailto:rodrigopeixoto1810@gmail.com).

**RESUMO:** O artigo propõe um diálogo sobre as cotas como medida de ação afirmativa e a ampliação destas para além do acesso, levando em conta, além de outras contribuições, a experiência de uma co-autora, indígena que foi estudante da Universidade Federal do Pará (UFPA). A investigação utiliza-se da abordagem biográfica focada na trajetória de vida que articula a um só tempo o individual ao social, cultural e histórico. Assim, o trabalho se estrutura a partir de eventos-chave, experiências e decisões que moldaram a trajetória de Putira Sacuena e conclui apontando para desafios relacionados à interculturalidade e ao preconceito vivido na universidade.

**Palavras-Chave:** Políticas de ação afirmativa, indígenas estudantes, trajetória de vida, APYEUFPA.

**ABSTRACT:** The article proposes a dialogue about quotas as an affirmative action measure and their expansion beyond access, taking into account the experience of one of the authors, an indigenous person who was a student at the Federal University of Pará (UFPA). The investigation uses a biographical approach focused on the life trajectory which articulates the individual with the social, cultural and historical. Thus, the work is structured based on key events, experiences and decisions that shaped Putira Sacuena's trajectory and concludes by pointing to challenges related to interculturality and the prejudice experienced at the university.

**Keywords:** Affirmative actions policies, indigenous students, life trajectory, APYEUFPA.

**RESUMEN:** El artículo propone un diálogo sobre las cuotas como medida de acción afirmativa y su ampliación más allá del acceso, tomando en cuenta, entre otras contribuciones, la experiencia de una coautora, indígena que fue estudiante de la Universidad Federal de Pará (UFPA). La investigación utiliza un enfoque biográfico centrado en la trayectoria de vida que articula simultáneamente lo individual con lo social, cultural e histórico. Así, el trabajo se estructura a partir de eventos clave, experiencias y decisiones que moldearon la trayectoria de Putira Sacuena y concluye señalando los desafíos relacionados con la interculturalidad y el prejuicio vivido en la universidad.

**Palabras-Clave:** Políticas de acción afirmativa, estudiantes indígenas, trayectoria de vida, APYEUFPA.

## INTRODUÇÃO E UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO TEMA

O presente artigo propõe estabelecer um diálogo sobre a Lei de Cotas (BRASIL, 2012), que, no âmbito das políticas de ação afirmativa, tem possibilitado o ingresso de indígenas na Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio do Processo Seletivo Especial (PSE) realizado pela instituição. Serão abordadas questões relacionadas à permanência indígena no ensino superior, considerando não apenas os meios materiais necessários para o sustento, mas também a constituição de redes de apoio e articulação que mobilizem mudanças institucionais. Para isso, será analisada a trajetória de vida de uma indígena formada pela UFPA, cuja narrativa evidencia as dificuldades de se manter nesse espaço, os modos de resistência dos *indígenas estudantes*<sup>5</sup> e as perspectivas para a ampliação das ações afirmativas para além das cotas.

Com a Lei de Cotas (Brasil, 2012), expandem-se as formas de acesso às universidades e aos cursos regulares e com isso a interação entre pessoas de diversas origens sociais e culturais. No entanto, como nos aponta David et al. (2013), ainda é característico da experiência brasileira um multiculturalismo reparador reduzido às políticas de acesso que avança pouco no sentido de transformações institucionais concretas que considerem a complexidade destas relações no cotidiano das universidades, nos currículos, práticas pedagógicas e de assistência.

Acerca do tema, Gabriel Braga e Denise Cardoso (2022, p. 97), no artigo “Indígenas Intelectuais e a Pós-Graduação: um desafio para as universidades brasileiras”, assinalam que, a partir dos anos 2000, o debate sobre a inclusão de indígenas estudantes no ensino superior em cursos de graduação e pós-graduação ganhou destaque no movimento indígena. Essas ações afirmativas não tinham até então regulamentação legal, as universidades escolhiam e implementavam com autonomia as ações a serem utilizadas em suas seleções e muitas delas foram motivadas pela organização coletiva desses povos (Fernandes, 2018, p. 49).

Jane Beltrão e Mainá Jailson Cunha (2011) discutem o programa de reserva de vagas na Universidade Federal do Pará (UFPA) que no contexto universitário brasileiro estabeleceu uma das primeiras políticas de ação afirmativa para povos indígenas. Segundo as autoras, a proposta do Programa de Reserva de Vagas para Povos Indígenas implementado já em 2005

---

<sup>5</sup> Indígenas estudantes é uma inversão axiológica feita em consideração à construção social das ações afirmativas nas universidades, pois o protagonismo indígena é anterior à categoria estudante (Beltrão, Cunha, 2011).

foi considerada como uma primeira política afirmativa, pois contemplou a diversidade cultural e contribuiu para o processo de democratização do espaço universitário, acatando a luta dos movimentos indígenas locais e reconhecendo seus direitos.

No cenário nacional não foi diferente, outras universidades passaram por processo similar, motivadas por fatores internos e externos. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 3.524 de 2000, que modificou o critério de acesso às universidades estaduais fluminenses, e assim previu a reserva de 50% das vagas nos cursos das universidades do estado para ingressantes autodeclarados pardos ou pretos (Dos Santos, Godoi, 2023). Posteriormente, os estados da Bahia e Mato Grosso do Sul e a Universidade de Brasília - UnB também implementaram ações parecidas, criando critérios socioeconômicos, mas também, critérios etno-raciais nos processos seletivos (Dos Santos, 2012).

A este respeito, Zélia Amador de Deus afirma que discutir uma Política de Ação Afirmativa consiste em considerar um processo além dos marcos históricos das leis, pois para certos grupos foi necessário chegar ao ensino superior para forjar espaços. Em outras palavras, além de carregarem consigo as suas histórias de vida, carregam também a história de seus ancestrais e suas lutas (Deus, 2019). Isso implica abordar a problemática da permanência por um viés interseccional sobre estes espaços historicamente pensados para pessoas brancas de classes mais abastadas, já que a entrada de indígenas na universidade está diretamente relacionada com os sentidos comunitários de escolarização e seus modos de vida, e o sistema de cotas é a realização do anseio de pluralizar o espaço nas universidades.

No estudo intitulado “Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa”, conduzido por Denise Machado Cardoso e Andreici Marcela Araújo de Oliveira (2021), são retratados os desafios específicos enfrentados pelos indígenas estudantes que participam do programa de reserva de vagas da UFPA. Considerando uma década de implementação da política afirmativa, o estudo destaca uma série de desafios significativos que afetam tanto o ingresso quanto a permanência desses estudantes na graduação. Entre esses desafios, destacam-se a falta de preparação acadêmica prévia dos estudantes, barreiras socioeconômicas, choque cultural, discriminação e a ausência de políticas institucionais adequadas para atender às necessidades específicas dos indígenas estudantes, como a preparação do corpo docente e técnico para receber estes novos estudantes.

O estudo ressalta a importância de medidas adicionais de suporte acadêmico, como programas de tutoria, assistência financeira e iniciativas para promover um ambiente

inclusivo e acolhedor dentro da universidade. Essas medidas são essenciais não apenas para garantir o sucesso acadêmico dos/as indígenas estudantes, mas também para promover sua integração plena na vida universitária e para enfrentar os desafios que enfrentam durante sua trajetória educacional. No entanto, há de se pensar porquê mesmo com a implementação dessas políticas que se propõem inclusivas e com as mudanças nos princípios institucionais, ainda existem entraves longe de serem solucionados que envolvem problemas de convivência e adaptação ao meio acadêmico, além de retenções e evasões (Da Silva, Da Silva Guerra, 2021).

Ao considerar os benefícios e entraves do programa de reserva de vagas para povos indígenas na UFPA, é crucial levar em conta as questões levantadas na presente pesquisa, oferecendo uma perspectiva prática dos desafios estruturais enfrentados pelos indígenas estudantes ao nível das estratégias individuais de contornar tais desafios e das formas de socialização e politização no ambiente acadêmico.

Dessa forma, pretende-se compartilhar os resultados deste estudo que se utilizou das narrativas biográficas com o objetivo de se aproximar dessas estratégias e dos sentidos em torno da permanência, tomada não somente como medida institucional, mas como demarcação de um espaço historicamente negado, o que faz com que estes/as indígenas estudantes resistam às práticas de poder e saber que a todo momento demonstram que a universidade não é lugar para eles (Klichowski et al., 2020).

Reconhece-se nas trajetórias individuais de indígenas estudantes e nas suas práticas de ensino e aprendizagem sentidos entrelaçados com os coletivos que se formam no interior da Universidade não somente para lidar com suas exigências, mas para tornar este espaço possível de ser ocupado. Estes coletivos demonstram ser verdadeiros instrumentos de resistência nos espaços educativos por meio dos quais as desigualdades se fortalecem, seja na sala de aula, seja nos espaços de convivência ou currículos.

Com isso em mente, a seguir será descrito como se deu o processo de aproximação desse tema complexo e heterogêneo que é a permanência de povos tradicionais na universidade, por meio das narrativas dos indígenas estudantes e das políticas afirmativas.

## CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Este artigo busca contribuir para a discussão sobre a experiência das universidades públicas brasileiras com ações afirmativas, por meio da análise documental das políticas institucionais, dos textos mencionados na introdução e das narrativas da indígena estudante Putira Sacuena, hoje doutora em Antropologia pela mesma universidade. A pesquisa retrata o encontro entre pesquisadores indígenas e não-indígenas que se articulam para pensar espaços interculturais, revelando limites e barreiras nas relações entre modos de vida distintos.

Desde o trabalho documental até o campo, foi possível explorar várias dimensões da permanência indígena na Universidade Federal do Pará (UFPA). Essa abordagem possibilitou uma perspectiva ampla, não apenas sobre as políticas institucionais, mas também sobre as articulações dos e das estudantes para negociar, reivindicar e demarcar estratégias de permanência no ensino superior público. Os elementos mais importantes da pesquisa de campo apontam para os desafios da permanência, começando pela contextualização da política de cotas na UFPA e suas reverberações no cotidiano acadêmico.

A relação com o campo, seja pela participação ou organização voluntária em eventos, facilitou vínculos com os interlocutores da pesquisa: indígenas estudantes, pesquisadores e articuladores de movimentos indígenas dentro da UFPA. Esses protagonistas desenvolvem estratégias de permanência e compartilham suas experiências, destacando reivindicações importantes que visam demonstrar seu lugar na instituição, especialmente através da interlocutora principal deste trabalho, a indígena Putira Sacuena, também conhecida por seu nome não-indígena, Eliene dos Santos Rodrigues.

A proposta do artigo se alinha com a abordagem biográfica, dado que ela é utilizada para estudar as experiências e transições de indivíduos ao longo de suas vidas (Perren, 2012). Esta abordagem foi usada para examinar o impacto de fatores sociais, culturais e históricos sobre as experiências e resultados individuais, através da reconstituição da trajetória de vida, e envolveu a coleta de dados qualitativos provenientes de documentos, observações e diálogos informais. Assim, as seguintes partes do corpo do texto se estruturaram a partir de eventos-chave, experiências e decisões que moldaram as trajetória de vida de Putira Sacuena, ao dar ênfase a sua experiência na Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA) e levar em conta a complexa interação de fatores sociais, culturais e históricos que moldam a vida de uma pessoa (Perren, 2012).

## O SISTEMA DE COTAS COMO MEDIDA DE ACESSO À UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A demanda pelo ensino superior por parte dos povos indígenas precisa ser vista, além de uma determinação de leis e portarias, por meio da: 1) inserção dessa demanda em uma agenda de luta pelos direitos indígenas; 2) pluralidade de visões e de perspectivas na implantação de ações afirmativas nas universidades públicas; 3) necessidade de participação das comunidades a serem atendidas na formulação dessas políticas de inclusão (Amado, Brostolin, 2011, p. 3), pois as estratégias formativas, os profissionais formados e seus conhecimentos retornam direta ou indiretamente aos territórios.

A Lei de Cotas avança na direção de um sistema de justiça que vai além do princípio da igualdade formal, que por si não é suficiente para que se atinja a igualdade de oportunidades entre os diversos segmentos que compõem uma dada sociedade. Isto porque a igualdade formal, que coloca todas as pessoas indiscriminadamente em pé de igualdade perante a lei, não vem acompanhada de institutos hábeis para tornar esse princípio eficaz na consecução da justiça social. É dessa forma que nasce a noção do direito à diferença que requer tratar desigualmente os desiguais, de modo a reconhecer aquilo que os divide e os torna diferentes dos demais.

Quando se discute a equidade no campo da justiça, tem-se como objetivo diminuir as desigualdades entre pessoas socialmente desfavorecidas que provêm de contextos remotos onde o sistema de ensino não chega, ou chega apenas de forma precária, dificultando o acesso à educação universal, previsto pela mesma Constituição de 1988. Este é o caso de muitos/as indígenas que necessitam superar as disparidades das suas condições de ensino básico, as quais, apesar das dificuldades e controvérsias, já acontecem nos territórios e estão intimamente conectadas com suas culturas por meio da educação diferenciada que já preconiza a interculturalidade, o bilinguismo e a especificidade.

No entanto, suas formas de ensino e aprendizagem estão muito distantes da forma de transmissão de conhecimento das universidades, a começar pelos editais que não consideram os diferentes níveis de proficiência em língua portuguesa, visto que para muitos indígenas esta é a sua segunda língua (Herbetta, 2018), as especificidades da oralidade, dos modos distintos de transmitir saberes que apontam para outros locais possíveis de aprendizagem, como a relação com os mais velhos, com a natureza e convivência comunitária (Kaingang, 2022). Em um local onde as normas acadêmicas e as formas de escrita são estritamente dependentes de

línguas estrangeiras e de ordenamentos rígidos, muitos desses costumes se perdem ou são progressivamente apagados.

Na raiz do sistema de cotas, portanto, está uma discussão importante sobre igualdade formal e igualdade substancial ou efetiva. Essa discussão se apresenta de maneira interessante na tese da professora Zélia Amador de Deus. Segundo a autora, tratar as pessoas de maneira genérica e abstrata não produz equidade, porque essa forma de tratamento não garante a ela direitos fundamentais. As pessoas precisam ser acolhidas nas suas particularidades e especificidades. No caso de pessoas indígenas, essas particularidades são codificadas no contato entre culturas em forma de racismos e preconceitos e são comumente entendidas como “retrocesso” ou “barbárie” diante da sociedade (Beltrão, Cunha, 2011).

No argumento de Zélia Amador de Deus (2018), que considera o reconhecimento do direito à diferença, assume-se um tratamento também diferenciado que garante a esses sujeitos acesso pleno a seus direitos previstos constitucionalmente: do reconhecimento e respeito à especificidade de suas culturas no território brasileiro. Isso leva a uma concepção substancial de igualdade, a igualdade material:

Nesta perspectiva, ao lado da promoção da igualdade surge, como direito fundamental, o Direito à Diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que assegurará, a determinados grupos, um tratamento especial (...). Melhor dizendo, percebe-se a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada. Os grupos que carecem dessa proteção particularizada, são os grupos vítimas de discriminações. A discriminação, suprimindo direitos fundamentais, os coloca em situação de vulnerabilidade. É neste cenário que, negros, povos indígenas, mulheres, crianças e demais grupos, passarão a ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição (Amador de Deus, 2018, p. 193).

A autora ainda argumenta que esse redimensionamento do conceito de igualdade não anula, mas articula a igualdade formal, em que todos são iguais perante a lei, com a igualdade material, que correspondente ao ideal de justiça social e distributiva, orientada pelo critério socioeconômico e pelo reconhecimento de identidades e que leva em conta gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual e demais condições que são razões discriminatórias.

## **AS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INDÍGENAS NA UFPA**

A academia, historicamente, tem produzido léxicos que migram para o espaço público e transformam essa realidade, mas o caso das ações afirmativas teve o sentido inverso, pois termos como diversidade e cotas são recentes nas nossas instituições (Dos Santos, 2012). As políticas diferenciadas para grupos étnico-raciais chegaram à comunidade científica gerando

não poucas polêmicas, e provocaram o reavivamento das discussões acerca da justiça social, legitimidade, democracia, pobreza, meritocracia e racismo entre as lideranças universitárias, gestores públicos e movimentos sociais.

O critério de avaliação para entrada nas instituições federais, segundo o decreto da lei de cotas, são as notas alcançadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porém, algumas universidades públicas definiram seus critérios próprios de ingresso voltados para diversos públicos, tais como indígenas e quilombolas, por meio de provas diferenciadas além das já previstas vagas por cotas. Este é o caso da UFPA, que realiza o Processo Seletivo Especial (PSE) para indígenas, quilombolas, mediante duas etapas: uma redação em língua portuguesa e entrevista.

A pesquisa nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de 2019 (Andifes, 2019) revela que a UFPA é a universidade com maior contingente de alunos na graduação (78,4%) que autodeclaram-se Pretos, Pardos e Indígenas (Andifes, 2019). Em 2017, foram criadas pela mesma universidade a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS) e a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEst), buscando incrementar as políticas para a inclusão e permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, negras(os), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, envolvendo ações de apoio pedagógico e assistencial.

As iniciativas foram complementadas com a criação do Programa de Mobilidade Ações Afirmativas (MOBAF - 2017), Processo Seletivo Especial para Estrangeiros em Vulnerabilidade Socioeconômica (PSE MIGRE - 2019), Programa Ciência e Artes Povos da Amazônia (CAPA - 2020), Programa de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (PAF/PG - 2021), Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Pinae - 2021), Fórum de Assistência e Acessibilidade Estudantil (FAES - 2021) e as Casas dos Estudantes (2020).

Após muitos anos da definição de critérios diferenciados de reserva de vagas na UFPA e da primeira reserva de vagas em 2009 (Beltrão, Cunha, 2011), e um grande silêncio sobre as condições formativas a que os novos ingressantes estariam submetidos, a UFPA propõe a ação desses departamentos para o acompanhamento dos discentes indígenas, após diversos acontecimentos que marcaram a entrada dos primeiros indígenas na Universidade. Muitas dessas ações ainda estão centradas em dar garantias materiais de permanência na Universidade, embora tais estudantes já apontem para a necessidade da articulação desses benefícios com as condições simbólicas que reestruturem as relações no espaço acadêmico.

É necessário antes de mais nada que se garantam espaços de diálogo intercultural, projetos pedagógicos e curriculares engajados em atender à diversidade dos estudantes e suas necessidades, e se desenvolvam estratégias de combate ao racismo institucional nas universidades (Amoras et al., 2022).

## **A PERMANÊNCIA NA PERSPECTIVA INDÍGENA**

Os indígenas intelectuais<sup>6</sup> apontam para a necessidade de preparação dos povos indígenas desde muito jovens dentro do campo político e do movimento indígena, pois a educação é vista como uma ferramenta que tem potencialidade para transformar as condições de vida de seus povos (Munduruku, 2012; Fernandes, 2018).

No período de 2009, quando indígenas estudantes estiveram discutindo sobre a criação do Processo Seletivo Especial/PSE na UFPA, e das problemáticas apontadas, existia o fato de que a universidade estava preocupada em reservar duas vagas em cada curso, mas não com políticas e ações que permitissem que estes estudantes se mantivessem nesse espaço e tivessem condições para uma formação integral e digna. Dessa preocupação decorre um fato relevante que foi a criação da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA) campus Belém que, de acordo com Erick Costa (2019), em entrevista com Edimar Kaingang, foi resultado das necessidades de um coletivo organizado para reivindicar condições de permanência na universidade, não somente individuais, mas a todo indígena que no futuro desejasse ter uma formação superior.

No ano de 2011, houve a entrada de 49 indígenas estudantes pelo PSE, o que tornou possível a criação da APYEUFPA devido ao maior número de discentes para a organização do coletivo. Conforme mostra a pesquisa de Erick Costa (2019), as reuniões com os e as indígenas estudantes, em sua maioria da etnia Baré e Tembé, começaram por volta de Maio de 2011 e, entre novembro e dezembro do mesmo ano, a APYEUFPA surge.

Tudo isso começa em um momento anterior quando um grupo de indígenas estudantes se reúnem e criam em 2009 o movimento indígena do Estado do Pará, o que irá reverberar dentro da universidade, como relatado por Edimar Kaingang (Costa, 2019), reunindo nomes

---

<sup>6</sup> Conforme Bergamaschi e Matzenauer (2014), esse termo é usado para se referir aos indígenas que frequentam os espaços universitários e tornam-se intelectuais, e ao mesmo tempo, refere-se aos intelectuais orgânicos que são comprometidos com a luta de sua comunidade, ou seja, o indígena intelectual não está restrito aos muros da universidade, é aquele que transita entre os dois mundos: o indígena e o não-indígena.

como os de: Jorge Temb , Elielson Temb , Elivaldo Temb , Almir, Ataíde e Marcos Temb , apontados como indígenas chave do processo de mobiliza o (Costa, 2019, p. 27).

Putira Sacuena, indígena da etnia Bar  do município de Santa Izabel, do território médio Rio Negro, interior do Amazonas, foi uma das indígenas que participou da sele o do PSE em 2011, para entrada em 2012. Ela precisou se deslocar de seu município a Belém, tanto durante a prova quanto para fazer a entrevista. Putira conta: *“Vim fazer a prova e retornar de novo   Santa Izabel, e a  vim de novo para entrevista, e ficar para estudar. Eu sou mãe de cinco filhos, então é algo que muitas das pessoas e que nem eu mesma consigo imaginar, como eu cheguei até aqui e resisti todo esse processo”*.

Em março de 2012, após sua aprova o no curso de biomedicina no Instituto de Ciências Biológicas (ICB), quando ela entra na universidade, começa a participar das atividades e a es da APYEUFPA, que havia sido recentemente criada, em dezembro de 2011. Em 2012, os e as indígenas estudantes da APYEUFPA começaram os diálogos com a assistência estudantil por meio da Pró-Reitoria de Extensão/PROEX, na luta pelo auxílio emergencial e para que, quando entrassem na universidade, também tivessem direito à taxa zero no Restaurante Universitário. Na ocasião, ambos auxílios começaram a existir. No entanto, esse diálogo com a gestão não foi fácil, Putira narra que: *“não tinha esse diálogo l  com a Reitoria, tinha com a PROEX, pois na época não existia a Superintendência de Assistência Estudantil/SAEST, então era um diálogo muito com a PROEX”*.

Durante a segunda edi o da semana dos calouros indígenas (2013), Putira diz que os e as indígenas estudantes começaram a perceber que os problemas dos anos de 2010 e 2011, não haviam sido resolvidos. Então, em 2013 os indígenas estudantes ocuparam o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e, de acordo com Putira Sacuena, na época, a maioria das pessoas não sabiam o que significava aquela cena, de vários indígenas estudantes sentados, pintados e com arco e flecha na mão. Para os e as indígenas estudantes, aquele era um momento para a reitoria entender que eles estavam na universidade.

Ainda em 2013, após um ano de sua entrada na universidade, Putira Sacuena começa a atuar na diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Quanto a isso, ela narra:

É bom lembrar que estamos atuando no DCE desde 2013, e é bom fazer esse resgate que estamos no DCE não agora, não na gestão de uma coordena o geral, mas estamos desde 2013 nessa discussão de ocupar esse espaço, sendo que era uma luta que a gente não conhecia e que a gente veio aprendendo no decorrer do tempo pra chegar até uma coordena o geral (Junho de 2023).

No que tange aos aspectos da permanência, Putira Sacuena relembra que a bolsa permanência do Ministério da Educação (MEC) surge a partir de vários Acampamento Terra Livre (ATL), em especial o de 2012, no qual houve discussão de como os indígenas estavam se mantendo dentro das universidades. E, em 2013, mesmo a maioria do Congresso Nacional tendo votado contra a bolsa, a presidenta Dilma Rousseff, então presidenta do Brasil, reconhece sua importância e assina o documento da resolução da bolsa.

Em 2014, com o fim do período da primeira gestão, houve novas eleições para a escolha da nova diretoria da APYEUFPA, mesmo ano em que Juma Xipaia<sup>7</sup> entra no curso de direito e convida Putira Sacuena para ser sua vice. É importante destacar que a gestão anterior foi formada majoritariamente por indígenas homens, como Edimar Kaingang, que juntamente com outros indígenas estudantes, organizaram o estatuto da Associação. No entanto, para Putira, apesar da associação ter algo concreto, os e as indígenas estudantes sentiam falta de mais luta na universidade. Em suas palavras:

E entra um momento histórico, hoje eu consigo analisar isso enquanto antropóloga também é no período que nós, enquanto mulheres no Brasil e no mundo começam a ganhar muita força. Nesse processo, inclusive dentro das Universidade denunciando assédio, na verdade vem uma força muito grande, se vocês pegarem o ano de 2014 para cá, vocês vão ver o quanto nós mulheres começamos a ocupar os espaços, começamos a falar mais sobre quem somos, nós começamos a falar de todo o processo de violências, denúncias e tudo... Então a gente pega esse gancho de tudo que tava acontecendo não só no Brasil, mas internacionalmente para vir e nós ganhamos a eleição (Putira Sacuena, Junho de 2023).

Juma Xipaia e Putira Sacuena vencem o pleito e assumem a diretoria da APYEUFPA. O início de 2014 é marcado pela parceria com a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ) da UFPA, momento em que se organizam coletivamente pela implementação das ações afirmativas dentro da universidade, como para a garantia da bolsa permanência do MEC, os auxílios emergenciais, a continuidade da taxa zero no Restaurante Universitário e de um lugar para que os indígenas estudantes pudessem se reunir, pois as reuniões geralmente ocorriam nos banquinhos debaixo das mangueiras em frente ao Instituto de Letras e Comunicação (ILC). Sobre isso, Putira relembra:

Muitas das pessoas vem falar assim: Bora gravar perto do rio, e eu digo assim: gente eu nunca fui, coisa mais difícil era nós irmos na beira do rio, a gente ficava ali e não ia ser para nos reunir né para fazer nossas reuniões e pactuações e nos organizarmos enquanto movimento indígena (Putira Sacuena, Junho de 2023).

---

<sup>7</sup> Desde 2022, atua como Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas. Ver em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Juma\\_Xipaia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juma_Xipaia).

Mediante a análise dos trabalhos de Rosani Fernandes (2007), Edimar Antonio Fernandes (2018), Eliene dos Santos Rodrigues (2019) e Virginia Braga Fonseca (2019), é possível traçar um panorama das múltiplas facetas dessa experiência. Rosani de Fatima Fernandes (2007) se apresenta em seu texto, “Pós-Graduação em Direitos Humanos: relato de uma experiência”, como uma pessoa que nasceu na aldeia Chimbangue, no ano de 1975. Ela narra o conflito que seu pai enfrentou quando trabalhava para os agricultores que ocuparam seu território indígena, situação que durou até o ano de 1986, quando por meio do governo os agricultores foram indenizados e “as terras devolvidas aos legítimos donos, os Kaingang” (Fernandes, 2007, p. 150).

Indígenas estudantes nos trabalhos que realizam na universidade, quase sempre falam de si, em relatos autobiográficos que revelam as iniquidades do mundo. Assim, Rosani Fernandes (2007) descreve as dificuldades enfrentadas como indígena discente na UFPA, e entre elas aparece a adaptação a um novo estilo de vida, a distância da família e da comunidade, a busca por um lugar adequado para morar e a mudança da rotina. Ou seja, além das dificuldades comuns enfrentadas por todos os/as estudantes, os/as indígenas também enfrentam desafios adicionais relacionados à sua identidade cultural e ao preconceito, situações que se entrelaçam intimamente em suas histórias de vida.

Nesse sentido, o trabalho de Virginia Fonseca (2019) sobre sua trajetória enquanto discente do povo Arapaso, oferece uma visão íntima e pessoal da resistência indígena na universidade. A experiência de morar em outra cidade e sua aprovação no processo seletivo, exigiu uma adaptação a um novo estilo de vida em Belém, além dos problemas financeiros. Estar longe de sua família e comunidade, segundo sua narrativa, foi o que trouxe outros tipos de dificuldades, as emocionais.

Concomitante a isso, Eliene dos Santos Rodrigues (2019), Putira Sacuena coautora neste artigo, apresenta as marcas do colonialismo e do racismo, em outro texto: “Indígena e o desafio diferenciado”:

Durante a minha juventude, percebi que ser “índio” para alguns era uma ofensa, gerava medo e, a vergonha era silenciada pelas regras colonizadoras deixadas no Rio Negro. Não falar que era indígena era algo importante, pois ninguém ia te chamar de burro, preguiçoso ou vagabundo. Ninguém nas escolas falava sobre as nossas culturas, geralmente, elas eram chamadas de lendas e mitos, mesmo que a maioria dos professores fosse constituída por indígenas. As freiras eram as diretoras e pedagogas, e no município de São Gabriel se conseguiu inserir o Nheengatu na grade curricular do Colégio Salesiano, enquanto em Santa Izabel do Rio Negro não se conseguiu, assim sendo se lidava com o português (Rodrigues, 2019, p. 411).

Importante notar que essa vergonha e medo de ser indígena vai se transformando em orgulho na medida da inserção dessas pessoas em movimentos indígenas, para o que o ambiente universitário contribui. O sentimento de orgulho de ser indígena vai de encontro ao racismo que os/as inferioriza social e subjetivamente. O fato de se afirmarem como sujeitos produtores de conhecimento, autores/as dos seus próprios textos e formuladores/as de políticas para melhorar a vida nos seus territórios infunde confiança neles/as, e também cria nas pós-graduações que frequentam a percepção de que um processo de descolonização está em curso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFORÇANDO O PONTO DE VISTA DOS INDÍGENAS ESTUDANTES**

Indígenas estudantes, quando migram das suas comunidades para a cidade e a universidade, trazem os seus territórios e valores no sentimento e no pensamento, mas costumam encontrar nestes contextos um ambiente culturalmente adverso. Como não se veem representados nos currículos e tampouco em modelos eurocêntricos de ensino, sentem-se frustrados/as e, na graduação especialmente, essa frustração com o currículo contribui para, com outros fatores, produzir taxas elevadas de retenção e evasão.

A partir desses lugares que ocupam, estando ao mesmo tempo na universidade, nas suas comunidades e nos movimentos, transitando entre ambientes distintos, indígenas estudantes atuam de forma intercultural e exercem influências importantes em todos estes contextos. Como afirma Catherine Walsh (2020), “interculturalidade crítica não é o multiculturalismo, tampouco é inclusão. Não é ser parte do sistema ... é um conceito de luta, e isso implica a transformação de estruturas, do sistema, de instituições e também de relações”. Segundo Walsh, “a interculturalidade crítica começa entendendo o problema do poder. O poder sobre corpos, sobre pessoas, sobre conhecimentos, sobre formas de existir e também sobre a natureza mesmo”.

As políticas afirmativas, sob o olhar de Edimar Fernandes (2018), nos ajudam a entender como funciona essa realidade intercultural entre as várias etnias que estão presentes no campus de Belém. Existe uma solidariedade, que, aliás, contrasta com o individualismo que predomina no ambiente universitário, e os indígenas estudantes de várias etnias se apoiam em sua jornada acadêmica. No entanto, essa diversidade étnica demanda, da parte da instituição universitária, a necessidade de abordagens mais inclusivas e culturalmente

sensíveis. Fernandes (2019) contextualiza cuidadosamente suas descobertas dentro do quadro mais amplo das políticas públicas, discutindo as implicações sociais, políticas e culturais das políticas afirmativas. Ele examina criticamente o papel dessas políticas na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades, bem como suas limitações e desafios em termos de implementação e eficácia. Edimar argumenta que,

O que venho defendendo é que o protagonismo indígena se manifesta de múltiplas formas e não pode ser entendido como um movimento único em torno de demandas comuns a todos os povos, é necessário compreender as diferenças que existem entre os povos indígenas e as possibilidades de mobilizações, alianças e articulações, não apenas, diante do contato interétnico, mas presente também no contexto dos contatos intraétnicos, caso contrário, povos em situação de isolamento voluntário não seriam protagonistas da própria condição, de coletivamente e conscientemente permanecerem isolados (Fernandes, 2019, p. 51).

É nesse contexto de luta pela ampliação das políticas afirmativa que a APYEUFPA se torna fundamental, não apenas para o ingresso, mas também à permanência dos indígenas estudantes, como discutem Elaine Baré, Antonio Piratapuiaie e Ignacio San Martin (2022): dentro das funções da APYEUFPA, está a articulação política, a facilitação de processos de bolsas de estudo e ajuda de emergência, a rede de apoio através de um espaço de estudo e encaminhamento para outros projetos e programas de apoio destinados à população indígena. A associação indígena funciona como um espaço de acolhimento, tornando-se uma peça central na experiência universitária. O ponto de vista dos indígenas estudantes em relação à APYEUFPA é o de que, se a associação não existisse, eles/as não conseguiriam permanecer na universidade.

Como conclusão, cabe dizer que as políticas de ação afirmativa democratizaram o ensino superior brasileiro, mas precisam ser aperfeiçoadas e, para tanto, a conduta institucional pode desempenhar um papel crucial. O artigo chamou a atenção para a importância de medidas adicionais de suporte acadêmico, como programas de tutoria, assistência financeira e iniciativas para promover um ambiente inclusivo e acolhedor dentro da universidade, inclusive no que tange aos projetos curriculares dos cursos da UFPA. A Lei de Cotas avançou na direção de um sistema de justiça para além do princípio da igualdade formal, mas a instituição universitária precisa continuar a promover soluções para se alcançar padrões de igualdade substancial e efetiva, e isso requer uma sensibilidade para as relações interculturais.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Para além da Universidade: experiências e intelectualidades indígenas no Brasil**. IdeAs, 16 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/9442>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy; BROSTOLIN, Marta Regina. **Educação superior indígena: desafios e perspectivas a partir das experiências dos acadêmicos indígenas da UCDB**. In: IV SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: SABERES TRADICIONAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA, 4., 2011, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: UCDB, 2011.
- AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; SILVA, Derick Luan Ferro da. Educação superior e a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na UFPA. Revista de Estudos em Relações Interétnicas | **Interethnica**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 38–71, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25252>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília: **Fonaprace**, 2019.
- ARAYA, Ignácio Gabriel San Martin. **Estratégias de permanência de indígenas estudantes na Universidade Federal do Pará: desafios e resistência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.
- BELTRÃO, Jane Felipe; JAILSON CUNHA, Mainá. **Resposta à diversidade: políticas afirmativas para povos tradicionais, a experiência da Universidade Federal do Pará**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 10-38, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822/14464>. Acesso em: 11 out. 2022.
- BERGAMASCHI, Homero; MATZENAUER, Ronaldo. **O milho e o clima**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, v. 84, p. 85, 2014.
- BRAGA, Gabriel Silva; NETO, Antônio José Marinho Aguiar; CARDOSO, Denise Machado. **Indígenas Intelectuais e a Pós-Graduação: Um Desafio Para as Universidades Brasileiras**. Revista Zabelê-Discentes PPGANT/UFPI, v. 3, n. 1, p. 95-112, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/revzab/article/view/3673>.
- BRAGA, G. S.; CARDOSO, D. M. **Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará**. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 362–382, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64005>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. (2012a). Lei no. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/cotas/docs/ lei\\_12711\\_2012.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_2012.pdf).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.903, de 1 de junho de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888>. Acesso em: 10 out. 2023.

CARDOSO, Denise Machado; OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo de. “**Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa**”. In: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Anais Eletrônicos [...]. n. 20, 2021, Belém. Acesso em: 13 dez. 2021.

COSTA, Erick Sander Tavares. **Avaliação do condicionamento de jogadoras de futsal indígenas da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da Universidade Federal do Pará (APYEUFPA) e de futebol de campo das indígenas da etnia Tembé**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

DALLA ROSA, L. C. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. **Educação**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 298–307, 2019. DOI: 10.15448/1981-2582.2019.2.27652. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/27652>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DEUS, Zélia Amador de. POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 87–100, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/684>. Acesso em: 8 jun. 2024.

DOS SANTOS, A. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3445>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DOS SANTOS, Reinaldo; GODOI, Eliamar. **Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade**. Paco e Littera, 2023.

FERNANDES, Edimar Antônio. **Políticas afirmativas para povos indígenas—sob o olhar dos protagonistas**. 2018. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

FERNANDES, R. de F. Pós-Graduação em Direitos Humanos: relato de uma experiência. **Tellus**, [S. l.], n. 13, p. 149–154, 2014. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/145>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FONSECA, V. B.; TEMBÉ, A. T.; MATTOS, C. A. C. de; BARROS, L. A. M. de; SCHIMITH, C. D. Políticas educacionais e a adaptação de estudantes indígenas ao Ensino Remoto de Emergência: um estudo no ensino superior. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, [S.

l.], v. 12, n. 2, p. 313–333, 2023. DOI: 10.22567/rep.v12i2.948. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/948>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FONSECA, V. B. **Trajatória de Üremirí Arapasso: movimento indígena e resistência na Universidade**. *Tellus*, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 315–324, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i39.636. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/636>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, p. 305-333, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/1945>.

KAINGANG, Bruno. Transbordando o espaço tempo escolar: uma perspectiva de educação intercultural. In: MUNDURUKU, Daniel; TAUKANE, Darlene; NUNES, Isabela; NEGRO, Mauricio. (orgs) **Jenipapos: diálogos sobre viver**. 2022. p. 84-94.

KLICHOWSKI, R. C.; CASSANDRE, M. P.; AMARAL, W. R. do. O que é ser um acadêmico indígena de administração?. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 2, p. 353–364, 2020. DOI: 10.1590/1679-395177916. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/77916>. Acesso em: 14 jun. 2024.

LISBÔA, Flávia Marinho; NEVES, Ivânia dos Santos. Sobre alunos indígenas na universidade: dispositivos e produção de subjetividades. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019219239>.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PERREN, Joaquín. Enfoque biográfico: aproximações teóricas, ferramentas metodológicas e potencialidade nos estudos regionais. **Revista Argentina de Humanidades y Ciencias Sociales**, Buenos Aires, vol. 10, n. 2, 2012. Disponível em: [http://www.sai.com.ar/metodologia/rahycs/rahycs\\_v10\\_n1\\_04.html](http://www.sai.com.ar/metodologia/rahycs/rahycs_v10_n1_04.html).

PROPLAN, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2016/2025**. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/documentos/PDI-2016-2025.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

RABASSA DA SILVA, V. S.; GUERRA, J. DA S. **Retenção e evasão dos (as) estudantes indígenas e quilombolas na Universidade Federal de Pelotas**: desafios para as políticas de permanência. *Expressa Extensão*, v. 26, n. 3, p. 69-80, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/21067>.

RODRIGUES, E. dos S. Indígena e o desafio diferenciado. **Tellus**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 407–415, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i38.624. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/624>. Acesso em: 14 jun. 2024.

WALSH, Catherine. Diálogo com Catherine Walsh. **Entrevista concedida a integrantes do grupo de estudo e pesquisa em Educação do Campo da Amazônia (GEPERUAZ/ UFPA)**, do fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais da Amazônia (RPPDA), 2020. Disponível em: <http://youtu.be/K48YXfPuYu0>.